



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

INTRODUÇÃO

- Considerando a vigência excepcional do Contrato 001/2019 até 30/01/2025;
- Considerando o planejamento da contratação desde 15/03/2023 e a necessidade de efetivar as adequações em decorrência das Decisões do Tribunal de Contas do Estado nos processos 209.438-1/2019, que tratam de auditoria em contratações com o mesmo objeto, conforme as sessões ocorridas em 17/08/22 e 23/09/24;
- Considerando a existência de estudos técnicos preliminares e demais instrumentos necessários e suficientes à realização do Chamamento Público, naquilo que concerne à descrição do objeto e estimativa de custos, definidas e estimadas com base em memórias de cálculo e preços oficiais, utilizando-se de metodologia previamente aprovada, segundo as recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, conforme o processo 3409/2023;
- Considerando que as Decisões acima mencionadas não invalidam os atos suscetíveis de aproveitamento, em especial a necessidade de manutenção de serviço público essencial e de natureza continuada, certificando, nesta data, que foram procedidas as adequações;
- Considerando que os serviços pretendidos no objeto atualmente são prestados através do contrato nº 001/2019 com vigência até 31/01/2025; considerando que é do interesse público que os serviços sejam prestados de forma unificada, conforme restou demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares do Edital anterior;
- Considerando que o Município promoveu em tempo hábil a fase preparatória para contratação ordinária do objeto por meio de Chamamento Público.
- Neste ato, certifico que incorporam o presente, às fls. 02 à 12, os documentos referentes à fase interna do processo adm. nº 3409/2023.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

Considerando que o contrato 001/2019 que atualmente comporta o objeto pretendido terá sua vigência finda em 31/01/2025, não havendo possibilidade legal que justifique a prorrogação do mesmo, a conclusão do presente deve dar-se no prazo máximo de 10 dias, a contar da aprovação do presente, de modo a não interromper o serviço.

1.1. A duração inicial da contratação pretendida é de 12 (doze) meses, a contar da publicação da assinatura do contrato que vier a ser firmado, podendo ser prorrogado na forma prevista na Lei 14.133/21.

1.2. Descrição sucinta do objeto



1.2.1. Seleção de Entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social no âmbito do Município de Barra Mansa - RJ, para celebração de contrato de gestão objetivando:

GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, SAÚDE MENTAL E CONSULTÓRIO NA RUA.

1.2- Grau de prioridade da compra ou da contratação

Prioridade Alta devido à necessidade ininterrupção do serviço de saúde.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1- Justificativa da necessidade da contratação

Considera-se a importância e a necessidade da contratação de entidades de Direito Privado, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social no âmbito do Município de Barra Mansa/RJ, interessadas em celebrar Contrato Gestão, pelo prazo de 12 meses (doze meses), com a Secretaria Municipal de Saúde, objetivando o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde nas **Unidades de Saúde da Família/Atenção Básica, Saúde Mental e Consultório na Rua**, por tratar-se de serviço essencial para a Saúde Pública do Município, que vem estruturando sua rede de atenção à saúde em todos os níveis, através de ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas que buscam garantir a integralidade da atenção por meio de sistemas de apoio logístico, técnico e de gestão.

Para seu adequado funcionamento técnico e administrativo, são necessárias ações de logística e abastecimento específicos, gerenciamento de pessoas, faturamento e informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral. O modelo de gestão vem sendo utilizado com sucesso no âmbito municipal, conforme demonstram os comparativos constantes do ETP, onde restam demonstrados os principais indicadores avaliados, bem como a viabilidade técnica e financeira.

A Gestão Municipal está comprometida com a garantia da implementação das Políticas Públicas de Saúde e está empenhada em oferecer acesso equânime ao conjunto de ações e serviços de saúde. Nesse sentido, a organização da Rede de Atenção à Saúde é de suma importância na reestruturação do Sistema de Saúde tanto no que se refere a sua organização, quanto à qualidade prestada à população.

O serviço a ser contratado visa assegurar a prestação de serviços assistenciais em caráter contínuo e eficiente, objetivando o aumento da capacidade de atendimento e a redução da espera para realização de atendimentos e consultas, promovendo desta forma, maior qualidade no atendimento ao usuário.



Podem ser destacados como benefícios adicionais pertinentes a este modelo de serviço, a integralidade do funcionamento do serviço, sem interrupções motivadas por falta de manutenção, falta de insumos ou reposição de peças e ausência de pessoal médico e técnico especializado, pois a entidade contratada ficará integralmente responsável pelas manutenções preventivas e corretivas e pela contratação de pessoal devidamente qualificado, com a agilidade própria do setor privado, observadas as normas e princípios constitucionais, especialmente o da transparência.

Com estas ações, a SMS não precisará se incumbir da contratação de médicos, funcionários administrativos, entre outros para o funcionamento dos serviços. Adicionalmente, estará garantida maior agilidade e eficiência no atendimento à população, promovendo economia nos processos de trabalho.

2.2. Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

Não há.

3- MATERIAIS/SERVIÇOS

Conforme previsto no Termo de Referência e Planilhas.

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto):

Gerência de Atenção Primária e Coordenação de Saúde Mental

Responsável (eis) pela demanda:

Nome: Juliana dos Santos Russi

CPF: 10498544702

Cargo/Função: Gerente da Atenção Primária

Nome: Maria Elvira da Cunha Franco Dias

CPF: 00741198770

Cargo/Função: Coordenadora Saúde Mental



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Saúde



Nome: Isabela Corrêa Barreto	
CPF: 06878184789	Cargo / Função: Assessora de Planejamento em Saúde



ANEXO ÚNICO

I. Preços Máximos estimados, conforme planilhas do Anexo do ETP

Valor Global para 12 meses: R\$ 38.690.030,63 (Trinta e oito milhões seiscentos e novena mil, trinta reais e sessenta e três centavos).

1.1. As quantidades ora definidas são estimadas com base em memórias de cálculo, série histórica da despesa e pesquisas de preços, segundo as recomendações do Tribunal de Contas do Estado.

1.2. **O critério de julgamento adotado será Técnica e Preço**, observadas as exigências contidas no Projeto Básico quanto às especificações do objeto.

1.3. Os recursos orçamentários necessários e suficientes para a contratação correrão a conta da dotação orçamentária seguinte, para o presente exercício:

967 – 03.001.10.301.0035.2054.3350850000.15001002000000

2. Caracterização da demanda

Os serviços, objeto desta contratação são considerados comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, parte integrante deste.

O prazo inicial de vigência da contratação será de 12 meses, contados da publicação do extrato de contrato, prorrogáveis na forma da Lei 14.133/21.

O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que compreende a prestação de um serviço que deve ser mantido, com intuito de atendimento à necessidade pública, cuja interrupção pode vir a comprometer as atividades, diretamente ligadas à prestação dos serviços de saúde postos à disposição dos munícipes.

Entendemos que no presente caso, o Chamamento Público é o meio que melhor se adéqua à seleção de propostas, sendo necessário manter a documentação adequada para respaldar a decisão do gestor, visando a garantia de legalidade e a legitimidade das ações da administração pública.

Por este motivo, adotam-se as conclusões contidas no ETP e Termo de Referência, a serem elaborados para a realização do Edital de Chamamento Público, ratificando os cálculos e pesquisas ali contidos, bem assim as estimativas realizadas, a descrição pormenorizada dos serviços, necessários e suficientes à formulação das propostas pelas interessadas, assim como para os efeitos de cumprimento do que determina a fase interna da contratação.

3. Justificativa para realização de Chamamento Público:

O Contrato de Gestão é um compromisso institucional celebrado entre a Administração Pública e uma entidade não-estatal (pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos), qualificada como Organização Social, com vistas à formação de parceria para fomento e execução de atividades de interesse social não exclusivas do Estado, conforme definido na Lei nº 9.637, de 1998.



É um instrumento de implementação, supervisão, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, na medida em que vincula recursos ao atingimento de finalidades públicas.

Como instrumento de acompanhamento, o Contrato de Gestão deve permitir a definição e a adoção de estratégias de ação que se mostrem necessárias para oferecer à instituição melhores condições para o atingimento dos objetivos e metas acordados. Além disso, o acompanhamento do desempenho institucional pelo contrato de gestão permite que se definam os objetivos e metas pactuados, caso as circunstâncias em que atua a instituição sofram alterações que justifiquem uma redefinição.

Assim, os contratos de gestão se mostram importante instrumento de ação do poder público, sob a forma de contratualização a iniciativa privada, fixando metas a serem cumpridas pela entidade que atua como paraestatal, em colaboração com o Poder Público, recebendo repasse financeiro para esse fim.

Se, por um lado, o contrato de gestão tem como contrapartida para o ente público uma certa flexibilização de regime jurídico administrativo, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos, no caso da entidade privada o contrato serve ao objetivo contrário, pois, ao invés de permitir a submissão integral ao regime jurídico privado, exige-se da entidade a obediência a normas e princípios próprios do regime jurídico publicístico, especialmente no que diz respeito à fiscalização da aplicação dos recursos e cumprimento dos objetivos, colocando-as na categoria de entidades paraestatais.

A celebração de contratos de gestão com entidades privadas (ditas paraestatais) é possível, desde que sejam obedecidas as normas constitucionais e legais pertinentes, especialmente as que cuidam de repasse de verbas públicas e controle.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Mansa a modelagem de contrato de gestão vem sendo adotada com sucesso, conforme comprova a evolução dos indicadores constantes do Anexo XIII – Planilhas.

A celebração de um contrato de gestão na área de saúde pode ser justificada com base em uma série de fatores que visam otimizar a gestão pública, melhorar a qualidade do atendimento e garantir o uso eficiente dos recursos públicos. A seguir, apresento algumas justificativas comuns para a implementação desse tipo de contrato:

Melhoria na Eficiência e Qualidade dos Serviços

- **Objetivo:** A contratação de uma organização especializada para gerenciar serviços de saúde pode proporcionar uma gestão mais eficiente e focada em resultados, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

- **Justificativa:** Contratos de gestão geralmente envolvem a adoção de práticas de gestão empresarial, que podem aumentar a eficiência administrativa, reduzir desperdícios e melhorar a alocação de recursos, garantindo um atendimento mais ágil e de melhor qualidade.



Especialização na Gestão de Serviços de Saúde

- **Objetivo:** Garantir que a gestão de unidades de saúde seja realizada por profissionais qualificados e com experiência no setor.
- **Justificativa:** A complexidade e a especificidade da gestão na área de saúde exigem conhecimentos técnicos, e as organizações contratadas, muitas vezes, possuem expertise para implementar práticas inovadoras de gestão, além de adotar soluções baseadas em evidências.

Capacidade de Inovação e Adaptação a Novas Demandas

- **Objetivo:** Oferecer soluções inovadoras para problemas recorrentes da saúde pública, como longas filas de espera, falta de medicamentos ou insumos, e outros desafios operacionais.
- **Justificativa:** As organizações de gestão contratadas podem trazer novos métodos e tecnologias para a área de saúde, além de implementar melhorias de processo que atendam rapidamente a novas demandas da população, com mais flexibilidade e dinamismo.

Atenção à Sustentabilidade Financeira

- **Objetivo:** Garantir o uso adequado dos recursos públicos, com maior transparência e controle de custos.
- **Justificativa:** Através de um contrato de gestão, pode-se estabelecer metas claras de desempenho e indicadores de resultados, além de um controle orçamentário rigoroso, visando a utilização eficiente dos recursos financeiros destinados à saúde.

Descentralização da Gestão

- **Objetivo:** Promover a descentralização da gestão da saúde pública para que o governo central tenha maior capacidade de se concentrar em questões estratégicas, enquanto as unidades de saúde podem ser administradas de forma mais local e próxima das necessidades da população.
- **Justificativa:** A descentralização da gestão por meio de contratos pode proporcionar maior autonomia e agilidade na tomada de decisões, favorecendo a adaptação às especificidades regionais e melhor atendimento às necessidades da população local.



Cumprimento de Metas de Saúde Pública

- Objetivo: Implementar medidas para garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou outros programas de saúde pública.

- Justificativa: O contrato de gestão pode estabelecer metas claras relacionadas à saúde pública, como a redução de filas, ampliação de cobertura vacinal, combate a epidemias, entre outros. A gestão contratada pode ser incentivada a cumprir essas metas de forma eficiente, com acompanhamento rigoroso.

Flexibilidade e Adaptação ao Contexto

- Objetivo: Possibilitar uma gestão mais flexível e adaptada às mudanças e desafios do sistema de saúde.

- Justificativa: O contrato de gestão permite que as unidades de saúde possam se adaptar mais rapidamente a mudanças nas necessidades da população ou a novos cenários, como crises sanitárias, sem as limitações da burocracia tradicional da administração pública.

Aprimoramento do Atendimento ao Cidadão

- Objetivo: Melhorar a experiência do usuário do sistema público de saúde, garantindo que os serviços sejam mais acessíveis, rápidos e resolutivos.

- Justificativa: Organizações contratadas têm liberdade para adotar práticas de atendimento ao paciente que sejam mais humanizadas, organizadas e eficientes, o que pode resultar em maior satisfação por parte da população usuária.

Compliance e Transparência

- Objetivo: Assegurar que os recursos públicos sejam geridos com transparência e que o contrato seja executado de acordo com as normas legais e regulatórias.

- Justificativa: A execução de contratos de gestão é acompanhada por auditorias e relatórios de desempenho, o que pode aumentar a transparência no uso dos recursos e garantir a conformidade com as exigências legais e regulatórias do setor.

A celebração de um contrato de gestão na área de saúde se justifica como uma medida estratégica para melhorar a eficiência, a qualidade do atendimento e a gestão de recursos



públicos. A abordagem permite uma maior flexibilidade, especialização e inovação na administração dos serviços de saúde, com o objetivo de garantir o atendimento adequado à população, a transparência no uso de recursos e a busca por resultados concretos em saúde pública. A gestão por meio de contrato também possibilita maior monitoramento e controle sobre os serviços, o que pode gerar melhores resultados no curto e longo prazo.

Neste sentido, para a atual contratação foram revistos e aprimorados os mecanismos de controle e fiscalização, de acordo com os apontamentos realizados pelas auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado, no âmbito do processo TCE RJ 209.438-1/2019.

A planilha de custos de pessoal para um contrato de gestão na área de saúde deve refletir de forma detalhada todos os encargos relacionados aos recursos humanos necessários para a execução dos serviços contratados. Essa planilha é essencial para o controle financeiro, assegurando que os custos com pessoal sejam alocados de forma adequada e que o contrato de gestão seja cumprido dentro do orçamento estipulado.

- Encargos Sociais: É importante considerar todos os encargos trabalhistas, como INSS, FGTS, férias, 13º salário, e outros custos adicionais, como vale-transporte ou vale-alimentação, se forem oferecidos. Os encargos podem ser diferentes dependendo do regime de contratação dos profissionais.

- Adicionais e Benefícios: Caso haja benefícios extras para os colaboradores (como transporte, alimentação, plano de saúde, etc.), esses valores também devem ser incluídos na planilha de custos de pessoal.

- A planilha serve como base para o planejamento orçamentário, controle de gastos e acompanhamento da execução do contrato de gestão. Auxilia a garantir que os custos com pessoal estão dentro do limite orçamentário e facilita a prestação de contas.

- O contrato de gestão deve prever tanto a quantidade quanto a qualidade dos serviços prestados, o que inclui a alocação de profissionais adequados para cada função. A planilha deve ser atualizada periodicamente conforme a necessidade de ajustes no quadro de funcionários ou nas remunerações. A contratada deverá garantir a observância do piso salarial das categorias constantes da planilha.

- Informamos que de acordo com o Ministério da Saúde o município de Barra Mansa está autorizado a implementar 60 unidades. Atualmente conta com 51 unidades. A estimativa constante da planilha orçamentária prevê o total possível de 60 unidades de saúde, por este motivo as parcelas mensais serão desembolsadas de acordo com o quantitativo de pessoal efetivamente disponibilizado, sendo de suma importância a correta fiscalização do contrato.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Saúde



- Informamos também que a Portaria 635 de 22/05/2023 alterou a composição das equipes, passando a contar conforme discriminado na planilha. As demais portarias permaneceram sem alteração.

- Os demais quantitativos foram estimados de acordo com a série histórica de consumo, conforme descrito nas planilhas.

Por fim, sugerimos utilizar a modelagem adotada no último Edital de Chamamento Público, tendo em vista que já fora objeto de apreciação anterior pela Corte de Contas, efetuando apenas os ajustes necessários, conforme citado acima.

Barra Mansa, 11 de novembro de 2024